

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.747 - PR (2019/0264456-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : VIRGINIA PULCIDES DE SOUSA PIERITZ E OUTRO(S) - PR061826
AGRAVADO : GRAFICA SEMINARIO LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE CURITIBA contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão que reconheceu a prescrição da pretensão executiva fiscal, nos termos do art. 174 do CTN.

No apelo nobre (e-STJ fls. 90/98), o recorrente apontou violação do art. 174, parágrafo único, I, do CTN e dos arts. 8º, § 2º, e 25 da LEF. Sustentou, em resumo, a não ocorrência da prescrição. Para tanto, alegou que: *(a)* o despacho que ordenou a citação interrompeu a prescrição; *(b)* a execução fiscal foi ajuizada dentro do lustro legal, e a demora para a realização da citação decorreu de culpa da máquina judiciária, sendo o caso de aplicação da Súmula 106 do STJ; *(c)* não foi pessoalmente intimado para andamento ao feito executivo.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 104).

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender aplicável a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 107/114); fundamentação com a qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 120/129).

Sem contraminuta (e-STJ fl. 132).

Passo a decidir.

O recurso especial obstado se origina de execução fiscal ajuizada pelo recorrente, que veio a ser extinta pelo juízo de primeiro grau, em face da prescrição.

Em sede de apelação, o TJ/PR manteve a sentença, com a seguinte fundamentação:

A expressão “constituição definitiva do crédito tributário” é definida como a eficácia que torna indiscutível o crédito tributário. A definitividade do crédito não decorre do fato gerador ou da própria obrigação, mas do momento em que não mais for admissível ao Fisco discutir, administrativamente, a seu respeito.

No caso dos autos, extrai-se da CDA n. 13.569/91 (mov. 1.1) que não há informações sobre a data em que os tributos venceram, existindo, apenas, menção quanto ao exercício financeiro correspondente, qual seja, o ano de 89 e 90. Assim, o prazo prescricional para a cobrança do tributo iniciou-se no primeiro dia do exercício seguinte ao do vencimento, respectivamente, em 02/01/1990 e 02/01/1991.

Nesse aspecto, de se observar que se considera interrompido o prazo

prescricional apenas com citação válida do executado, porquanto a propositura da ação ocorreu antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005, que alterou a redação do art. 174, inciso I, do CTN.

E, no caso, desde a constituição do crédito mais recente, passaram-se aproximadamente 25 anos até a prolação da sentença, em 2/8/2016, sem que tenha havido a citação do devedor.

Destarte, não há dúvidas de que o prazo prescricional fluiu integralmente, sem qualquer interrupção.

De fato, o § 2º do art. 219 do Código de Processo Civil de 73 (diploma legal aplicável à época) prevê que incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

O § 3º dispõe que, não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de noventa dias, e o § 4º prevê a não interrupção da prescrição quando não se efetuar a citação nos prazos legais.

Ainda, não há que se falar em aplicação do disposto na Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça, já que a demora da citação se deu também por desídia da parte, a quem incumbia, como dito, a promoção dos atos necessários à citação no menor prazo possível, a teor dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 219 do CPC, retro citados.

Consigne-se, ainda, que o princípio do impulso oficial é relativo, pois cabe ao recorrente acompanhar o processo e, principalmente, promover os atos tendentes a dar efetividade a ele, não podendo agora se beneficiar de sua própria inércia.

A aplicação da Súmula 106 do STJ – a permitir o afastamento da prescrição – somente se admite quando a demora é imputada exclusivamente ao Poder Judiciário, o que não se viu na espécie.

Isto porque a Fazenda Pública deveria ter provocado o andamento processual, postura que, contudo, não teve nos autos.

Por consequência, o seu desinteresse no curso do processo tem o efeito de provocar a extinção feita, ante a ocorrência da prescrição.

[...]

O processo judicial deve seguir o trâmite natural. Mas isto não aconteceu no caso em exame. A se manter o caminho trilhado nos autos, o processo se eternizaria.

Destaca-se que no acórdão citado pelo apelante, para justificar a aplicação da Súmula 106, do STJ, o Superior Tribunal de Justiça reforça o entendimento de que, para a aplicação da Súmula, é necessário que a demora na citação do executado decorra unicamente do aparelho judiciário: *“Com efeito, a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ.”*[1]

Ademais, restou expressamente esclarecido no referido acórdão que *“a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ.”*

Ou seja, não foi analisada a responsabilidade do Cartório pelo Superior Tribunal de Justiça, adotando-se o entendimento da Corte de origem no caso, que entendeu pela responsabilidade deste pela demora na citação do executado, o que enseja a aplicação da Súmula 106.

[...]

Frisa-se que o Julgado do Superior Tribunal de Justiça citado pelo apelante (REsp 1120097/SP), com base no qual sustenta a necessidade de intimação pessoal da Fazenda Pública para a configuração da inércia, trata de caso distinto do presente.

No referido julgamento, o Tribunal Superior analisou caso de abandono de causa, quando há extinção do feito sem julgamento do mérito, que de fato exige a intimação pessoal com base no artigo 267, §1º, do CPC/73 (artigo 485, §1º, do CPC/15).

[...]

Quanto ao julgamento proferido no REsp 1268324/PA, também citado pelo apelante, apenas é possível extrair do referido acórdão que nas execuções fiscais o representante judicial da Fazenda Pública deve ser intimado pessoalmente, direito este que não foi afastado pelo juízo, e não que é imprescindível a *a quo* intimação pessoal para o andamento da execução fiscal previamente ao reconhecimento da prescrição:

[...]

Destaca-se que em nenhum momento o Superior Tribunal de Justiça trata de prescrição no referido caso.

Pois bem.

Do que se observa, o presente recurso encontra óbice na Súmula 83 do STJ, uma vez que o posicionamento consignado no acórdão recorrido coincide com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior.

Isso porque, por ocasião do julgamento REsp 1.120.295/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção firmou a tese de que o art. 219, § 1º, do CPC/1973 também é aplicado às execuções fiscais, de modo que o marco interruptivo previsto no art. 174, parágrafo único, I, do CTN – citação ou despacho que a ordena exarado já na vigência da LC 118/2005 – retroage à data da propositura da ação, **quando a demora para a realização da citação não pode ser atribuída à exequente.**

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 435/STJ.

1. Em recurso especial representativo da controvérsia, o REsp 1.120.295/SP, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que iniciado o prazo prescricional com a constituição do crédito tributário, o termo *ad quem* se dá com a propositura da execução fiscal. Outrossim, a interrupção da prescrição pela citação válida, na redação original do art. 174, I, do CTN, ou pelo despacho que a ordena, conforme a modificação introduzida pela Lei Complementar 118/05, retroage à data do ajuizamento, em razão do que determina o art. 219, § 1º, do CPC, quando a demora na citação não for atribuída ao Fisco.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no tocante à aplicação da Súmula 106/STJ, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1.566.030/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. SÚMULA 106/STJ. INÉRCIA DO FISCO. SÚMULA 7 DO STJ. ORIENTAÇÃO.

CONSONÂNCIA. RECURSO REPETITIVO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, firmou o entendimento de

que, na cobrança judicial do crédito tributário, a interrupção do lustro prescricional operada pela citação válida (redação original do CTN) ou pelo despacho que a ordena (redação do CTN dada pela LC 118/2005) sempre retroage à data da propositura da ação (art. 219. § 1o., do CPC c/c o art. 174 do CTN).

2. Também não merece seguimento o presente recurso quanto à alegação de ausência de inércia do Poder Judiciário em efetuar a citação do devedor, pois esta análise demanda, necessariamente, reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado ao STJ, em Recurso Especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1.460.275/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 26/09/2014).

No caso dos autos, todavia, o Tribunal *a quo* assentou estar caracterizada a inércia da exequente na promoção dos atos necessários à citação do devedor.

Nesse contexto, tem-se que a verificação quanto à responsabilidade por eventual paralisação do processo, para fins de aplicação ou de afastamento da Súmula 106 do STJ, por demandar reexame de matéria fático-probatória, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. A propósito, *vide*: REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 1º/02/2010, também julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC/1973.

Acresço, por oportuno, que o apontado art. 25 da LEF não tem comando normativo apto a modificar o acórdão recorrido, pois, como visto, sua razão de decidir não diz respeito à necessidade de intimação pessoal da Fazenda Pública, mas à desídia da exequente no processo. Incide no ponto as Súmulas 282 e 284 do STF.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator